

'O DIALETO CAIPIRA*

Oswaldo Humberto L. Ceschin*

À memória de Edith
Pimentel Pinto, também poeta.

RESUMO: *Este trabalho retoma algumas referências na literatura sobre a sociedade caipira e sua linguagem, especialmente Os parceiros do Rio Bonito, de Antônio Cândido, e O dialeto caipira, de Amadeu Amaral.*

Palavras-chave: *literatura, cultura popular, dialeto, dialetologia, português do Brasil.*

Classificando as correntes literárias brasileiras, Alceu Amoroso Lima considerou de certo relevo a denominada por ele de “sertanista”, que compreende entre seus elementos o *sertão*, a *paisagem* e o *sertanejo*, aos quais acrescentou a *linguagem*, “*traço de ligação não só dos homens entre si, mas do homem e da paisagem, em sua diferenciação gradativa.*” Tomando como ponto de referência a presença desses elementos na literatura, exaltou o sertanejo, mais que o índio e o africano, à condição de representante da civilização brasileira sob os aspectos de sua inserção no meio americano e sua

(*) DLCV-FFLCH.

ligação com a vida universal. Para ele, “*Euclides da Cunha focou o problema com perfeita acuidade.*”¹

É certo que teve a perspectiva, nessa consideração, da presença desses elementos como “matéria” ou “motivo” da expressão literária e não como componentes do quadro social. Euclides, já em 1901, entretanto, do ponto de vista de observador da realidade histórica “dos traços mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”, procurou registrá-los para os “futuros historiadores”, em face da previsão ou possibilidade da extinção dessas “sub-raças” (na nomenclatura do próprio Euclides).

*O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo, e o caipira simplório, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou de equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo.*²

Os tipos sociais arrolados, o jagunço, o tabaréu e o caipira, marcam mais que as páginas alinhadas de obras magistrais, recheadas de expressiva realidade ou de comovente fantasia; enunciam a evolução de um processo sociocultural da colonização do Brasil, característico de uma lenta e contínua evolução das relações de homens entre si, com regras peculiares, e o meio em que se moveram; conformam uma sociedade de sobrevivência ameaçada, aparecendo sempre sob julgamento alheio e à mercê das vicissitudes de que fala o autor d’*Os Sertões*. Personagens reais e, muitas vezes, também imaginárias, constituem um fenômeno importante para a compreensão histórica do Brasil.

⁽¹⁾ *Introdução à Literatura Brasileira*, p. 222.

⁽²⁾ *Os Sertões*, p. 1.

Jagunço é de origem duvidosa. Provavelmente de voz de língua angolana, jingunza, como afirma Macedo Soares (1875-1888), ou zanguncho, como sugere A.G.Cunha [1982], plural de “ngunza”: espécie de arma, como azagaia; e homem que a usa; valentão; capanga. Usado no Espírito Santo, Minas, e Bahia, de onde se espalhou. O “Aurélio” traz “indivíduo do grupo de fanáticos e revolucionários de Antônio Conselheiro (1828-1897), na campanha de Canudos (1896-1897)”; O “Morais” registra o termo apenas na 7ª edição (1877) como brasileiro e usado na Bahia: “valentão”, “guarda-costas de fazendeiro ou senhor de engenho”.

Tabaréu aparece no “Morais” (1813), como “soldado de ordenança; mal exercitado”; Nascentes o tem como voz de origem tupi, “propenso à taba”; A.G. Cunha também o considera tupinismo, mas de étimo incerto, na acepção de “indivíduo bisonho, caipira, matuto”, com ocorrência já em 1711. J.P. Machado cita a fonte, *Obras Poéticas*, de Correia Garção, e data a ocorrência em edição de 1778; dá como étimo o tupi “taba”, aldeia, e “ré”, diferente, apartado; Macedo Soares anota que é do tupi tabaiguá ou taba-y-guar etc., como subst. e adj.– o que é da aldeia ou do povo,... o aldeão –; dá abonações em português, em que ocorre com o (tabareo) e significa “o mesmo que *caipira*”.

Caipira não aparece na edição de 1813, de “Moraes”, mas apenas na de 1877: “Nome dado, durante a guerra da sucessão em Portugal, aos constitucionais, pelos realistas.” Não registra aí, ainda, a acepção brasileira. No Aurélio, aparece vasta sinonímia (como caapora, caboclo, caiçara, capiau, mateiro, matuto etc.), mas há conceituação não abonada: “Habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros.”; dá ainda acepções como “biriba”, “matuto”, “sertanejo” e “provinciano”, também sem abonações, e o liga ao tupi Kai'pira. José Pedro Machado traz, além da ocorrência portuguesa, a informa-

ção do registro, em “Moraes”, 8^a. ed., da acepção brasileira e a afirmação de que é voz de etimologia desconhecida. Caipira vem em algumas fontes confundido com curupira e também caipora, associações talvez mais formais que conceituais. É informativo o verbete do dicionário de Macedo Soares, pelo que merece quase integral transcrição e estranha não ter sido aproveitado em outros dicionários: 1° “morador de fora do povoado; gente que não vive na sociedade mais culta das villas e cidades. Em Pernambuco, chama-se aos homens da roça, do campo ou mato, *matutos*; o mesmo é em Alagoas; o *matuto* é o caipira de São Paulo e o tabaréu da Bahia’ [...] 2. fig., inculto, grosseiro, de maneiras acanhadas. ETIM. tp-guar.: s. *caa* mato + s. *ipir=ipi* princípio, base; adj. primitivo, oriundo: filho do mato, originário da roça. [...] GEOGR. E SIN. 1. *baiano*. Piauí; *caboclo*, *caburé*. Goiás. M.Gr.; *cabra* Ceará; *casaca*. Piauí; *gaúcho*, *guasca*. RGS.; *matuto*. R. Jan.; *tabaréu*. R. Jan., Bah., Serg.; *tapuia*. Pará, Am. Em Port. *campônio*, *camponês*. 2. peludo. Min.” Parece convergir com o dicionário de brasileirismos de Baurepaire Rohan, que registra, segundo Serafim da Silva Neto: “Nome com que se designa o habitante do Campo. Equivale a labrego, aldeão e camponês em Portugal; roceiro no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Pará; *tapiocano*, *babaquara* e *muxuango* em Campos (Est. Do Rio); *matuto* em Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba do Norte, Rio Grande do Norte e Alagoas; *casaca* e *baiano* no Piauí; *guasca* no Rio Grande do Sul; *curau* em Sergipe; e finalmente *tabaréu* na Bahia, Sergipe, Maranhão e Pará”.³

O caipira, para Serafim da Silva Neto, como o caboclo, é o descendente e continuador do mameluco, isto é, do mestiço de homem branco e mulher indígena, e outros mestiços:

As comunidades caipiras, que se encontram no interior do país, classificam-se entre aquelas conhecidas como de “cultura demótica” [citando conceito de Redfield] e constituem o desenvolvimento e a sobrevivência, quer de antigos aldeamentos indi-

⁽³⁾ Língua Cultura e Civilização, p. 56.

*genas, quer de antigos povoados de mamelucos e mestiços de toda sorte.*⁴

Serafim supõe que o mais antigo registro documental da palavra *caipira* pertence ao viajante Saint-Hilaire em sua narrativa de viagem a São Paulo e à Santa Catarina: “*Les citadins ont pour eux fort peu de considération, et ils les désignent par le sobriquet injurieux de caipira..*”, passagem que se presta a anunciar a conotação pejorativa do termo que ainda hoje aflora em certos ambientes sociais.

Populações interioranas de São Paulo e Minas, onde dizer que alguém é caipira, pode ser considerado ofensa ou menosprezo, rejeitam, em geral, e repudiam tal denominação; contudo, nos dias atuais, há quem receba a alusão com naturalidade e mesmo com certo orgulho.

Como jagunço, tabaréu e sinônimos, o termo caipira se fixou no uso comum brasileiro no século XIX, mas não tem acepção simples em português. Seu designado, o tipo ou indivíduo a que refere também é figura complexa e fértil não apenas como expressão literária ou personagem da história e da cultura. Vive ou sobrevive ainda e atua – contrariamente à previsão de Euclides – na sociedade brasileira contemporânea como um componente básico de sua constituição. E como assunto literário ou de estudos tem sido aproveitado em obras diversas, como as de Afonso Arinos, de Valdomiro Silveira, de Cornélio Pires, de Monteiro Lobato, de Alberto Faria, para lembrar apenas os mais próximos de Amadeu.

Em meados do século, em outro campo, como consequência da presença inovadora e motivadora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo,

⁽⁴⁾ Ibidem, p. 76-7.

Antônio Cândido de Melo e Sousa realizou um trabalho que superou o mérito acadêmico, científico, e se tornou um sensível e humano registro da vida humilde e dura dos caipiras do interior de São Paulo. *Os parceiros do Rio Bonito* (elaborado entre 1948 e 1954) constituem o resultado da expressiva identificação do estudioso, seu método e o interesse pelo objeto eleito; um modelo de estudo e fonte de reflexões.

N’*Os parceiros* conceitua-se devidamente o caipira, descreve-se sua relação com o meio e sua atuação social na paisagem do interior paulista e ainda sua evolução no contexto econômico e social da região que ocupou; e sua trajetória em face das transformações que aí ocorreram.

Como área de concentração e expansão da sociedade que se pode denominar “caipira”, define-se por precedência e influência o território conquistado pelas bandeiras e entradas paulistas, a partir dos núcleos iniciais da colonização da Capitania de São Vicente, especialmente das primeiras vilas do planalto de Piratininga:

Da expansão geográfica dos paulistas, no século XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas a incorporação do território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Não cabe analisar o seu sentido histórico, nem traçar o seu panorama geral. Basta assinalar que em certas porções do grande território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de “cultura caipira”⁵.

Essa cultura reuniu elementos díspares, tanto do ponto de vista econômico quanto do étnico, embora com a predominância do mestiço de branco e índio, e não acentuou as dife-

⁽⁵⁾ *Os parceiros do Rio Bonito*, p. 35.

renças do ponto de vista social, pois em certo momento, as relações de vizinhança, mesmo as distantes, favoreceram certa aproximação de classes. Mas a ampliação da mão-de-obra escrava acabou provocando o surgimento de novos desníveis a partir do século XIX, com aumento da presença dos antigos escravos e de seus descendentes. Reorganizaram-se as relações sociais nos antigos bairros responsáveis pela integração de seus membros. No latifúndio, o homem livre teve dificuldades de acomodação e sua cultura, como aponta Antônio Cândido,

*também sofreria impactos sérios, tendentes a marginalizá-la, isto é, torná-la um sistema de vida dos que não eram incorporados às formas mais desenvolvidas de produção. Do seu lado ela apresentou faculdade apreciável de resistência, enquistando-se em vários casos, quando as condições permitiam conservar o caráter autárquico.*⁶

É preciso salientar essas observações que explicam uma série de características do caipira, a partir do final do século XIX. O estudo exhibe a realidade que a obra de Amadeu procurou refletir, mas já com os recursos precisos da ciência e da técnica de pesquisa no campo da sociologia, da história, entre outros, que o Autor *d'O dialeto* não pôde aproveitar, embora apenas uma geração separasse os dois trabalhos.

Segundo se depreende d'*Os parceiros*, a indiferenciação inicial da sociedade rústica deu espaço aos três grupos distintos: o fazendeiro sobrepondo-se a seu parente sitiante – que geralmente trabalhava também na terra –, e os agregados sem estabilidade. Nos três grupos manifestava-se a cultura caipira, mas na intermediária, dos pequenos proprietários, encontravam-se as suas manifestações mais típicas, pois “*a inferior nem sempre possui as formas adequadas de ajustamento social.*”⁷

⁶ Ibidem, p. 80-81.

⁷ Ibidem, p. 81.

O caipira típico foi o que formou essa vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devidos à posse irregular da terra, e dependendo dos latifundiários para prosseguir na sua faina [...] O sentido sociológico da autarquia econômico-social não deve, porém, ser buscado no latifúndio, largamente aberto às influências externas, graças à sua própria situação de estrutura líder; e sim no bairro caipira, nas unidades fundamentais do povoamento, da cultura e da sociabilidade, inteiramente voltadas sobre si mesmas.⁸

A cultura assim desenvolvida apresenta características que se identificam com: “isolamento”, em relação ao grupo de vizinhança formado de brancos, pequenos proprietários e mestiços; “posse de terras”; “trabalho doméstico”; “auxílio vicinal”; “disponibilidade de terras”; e “margem de lazer”, elementos ou traços de uma cultura manifestada por uma população dispersa, livre e móvel. Entre esses traços, a elaboração de formas de equilíbrio ecológico e social a que se apegou o caipira como processo de resistência, com relativa auto-suficiência, pelas inúmeras práticas domésticas que se impunha, acabou tornando-o, muitas vezes, incapaz de acompanhar as mudanças econômicas e sociais e os novos mecanismos de produção da sociedade em geral. A sua economia era predominantemente de subsistência, a atividade agrícola era para o consumo e a relação com a terra precária, a qual se abandonava com diminuição da fertilidade, obrigando-se o roceiro a buscar novas terras, de domínio também precário, o que enfraquecia os laços com a necessidade do trabalho: plantava o que podia colher em poucos meses.

Vemos aí que o tipo de apropriação influi sobre a atividade agrícola, e ambos sobre a organização social – dificultando o progresso técnico e o aparecimento de formas mais ricas de contato inter-humano. Além disso facilitam a mobi-

⁽⁸⁾ Ibidem, p. 81.

lidade e a incerteza, que prolongam em nível precário o espírito de aventura e a repulsa ao trabalho.

Dá a estabilização da vida caipira, nos planos biológico e social, em tornos de padrões mínimos, que, encerrando o agricultor num círculo fechado, tornavam-se fator pouco favorável ao desenvolvimento de atividade intensa.

Resumindo, podemos dizer que o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos premente, a técnica sumária e, em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão.

Em conseqüência, resultava larga margem de lazer que, vista de certo ângulo, funcionava como fator positivo de equilíbrio bio-social. [...] O lazer era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado terreno ético, isto é, ser condenado ou desculpado, segundo é costume.⁹

Nessa cultura rústica, de tradição mestiça e resistente, conservadora, desambiciosa e até imprevidente, com muitas deficiências de recursos e organização, se se tomarem como comparação as populações urbanas economicamente estáveis, e na linguagem própria, com modismos e traços peculiares, que plasmou o seu dialeto e nele se expressou, é aí que se encontra o caipira; e dele se multiplicaram fatos e características, cuja sobrevivência, pelas adversidades, passou das previsões mais rigorosas.

O dialeto, expressão coletiva da linguagem comum do caipira que Amadeu Amaral cuidava de registrar, espalhava-se por uma parte do Brasil, irradiando-se de certas áreas de São Paulo (excluindo, segundo ele, entretanto, o oeste do estado), e de Minas, mormente do sul de Minas, por toda a região da Mantiqueira. Recorrendo às antigas estradas férreas, podem-se incluir a área da Mojiana, com seu ramais, da Paulista e da Sorocabana. Amadeu buscou informações e fatos lingüísticos em muitas localidades, entre as quais as da

⁹⁾ *Ibidem*, p. 87.

região de Bofete, antigo Rio Bonito, centro da pesquisa em que Antônio Cândido, estudando e descrevendo o quadro social, econômico e cultural do homem rústico em seu ambiente, em pleno processo de transformação, teceu o nítido desenho da figura histórica descendente dos antigos povoadores do planalto paulista. Não era muito diferente a situação dessa figura, desse componente da sociedade interiorana paulista e brasileira, quando, no início do século, ele elaborou seus principais estudos e anotações, já com receio da extinção da sua linguagem peculiar.

Para Euclides da Cunha, a sobrevivência impossível desse subproduto do tipo social do sertanejo, o jagunço, o tabaréu, o caipira, era um fato independente de sua fixação como registro histórico ou literário, de que se constituiu, na verdade, um agente principal. Sua previsão era de outro nível e suas preocupações, de outra natureza. A obra de Euclides é em si mesma uma prova da vitalidade da figura histórico-estética do construtor de nossa mais rica paisagem social, mas é a previsão determinista, revestida de poesia, da lenta agonia de um herói sem fortuna. Apresenta sim uma prova, em si mesma significativa, da outra face do sertanejo a que alude Amoroso Lima, destinado a figurar decisivamente como motivo de escolha, exame e exaltação estética.

No entanto, nas palavras sempre precisas e esclarecedoras d'*Os parceiros do Rio Bonito* é que se pode encontrar uma possível saída para a sobrevivência do "caipira", reduzido a condições precárias, passando de parceiro a colono ou assalariado em condição difícil, fenômenos que o levavam a uma forma de regressão, ou aceitação de submeter-se ao processo de proletarização no ambiente urbano. Outro processo é a redução da sociabilidade à esfera familiar, com a perda da sociabilidade de bairro, "significando um estado pré-anômico ou para-anômico".

Analisando as condições de vida dessa figura social em meados do século, Antônio Cândido denunciou a desorganização então acentuada dos agrupamentos vicinais e a regressão a tipos de sociabilidade incompatíveis com a vida cultural plena.

*Esta só será possível se o caipira e sua família, deixando de amparar-se ecologicamente no meio imediato, e socialmente nas relações de vizinhança, puder integrar-se completamente num sistema mais largo de relações no plano da vida municipal.*¹⁰

Demonstra que o caipira, ao recorrer à unidade familiar como unidade social e ao reagir à urbanização, com o retorno a uma nova espécie de nomadismo, ou seja, recorrendo à mobilidade como fuga à sujeição econômica, mudando, deslocando-se, buscando zonas pioneiras – fato comuníssimo com as populações rurais do sul de Minas e de certas áreas de São Paulo, que procuraram, por exemplo, o norte do Paraná e o oeste de São Paulo e as divisas de Mato Grosso e Goiás, especialmente entre os anos 50 e 70 –, ou então procurando as cidades, retorna a uma velha prática de natureza adaptativa.

*Trata-se de uma regressão, por meio da qual o grupo tenta preservar-se e adaptar-se melhor. Ela revela uma verdadeira latência social e cultural, que manifesta a vitalidade da tradição caipira, com toda a rusticidade elementar de um modo de vida formado pela perda de padrões europeus e a adoção de padrões das sociedades primitivas.*¹¹

A cultura das cidades absorve as variedades rústicas impondo-se em todas as dimensões como cultura dominante. Comparativamente, a cultura rústica não ultrapassa, com seus padrões mínimos, a condição de miséria em confronto com a

⁽¹⁰⁾ Ibidem, 221-2.

⁽¹¹⁾ Ibidem, p. 222.

cultura das cidades. A cultura caipira se reduz a condições muito desfavoráveis nessa relação de confronto. A industrialização de São Paulo alterou ainda mais a estrutura social e os padrões econômicos e culturais.

Graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares, acham-se agora frente a frente homens do campo e da cidade, sitiados e fazendeiros, assalariados agrícolas e operários – bruscamente reaproximados no espaço geográfico e social, participando de um universo que desvenda dolorosamente as discrepâncias econômicas e culturais. Nesse diálogo, em que se empenham todas as vozes, a mais fraca e menos ouvida é certamente a do caipira que permanece no seu torrão.¹²

São conclusões de quem compreendeu, em toda sua extensão, a dramática crise das populações não apenas de Bofete e extensa região, mas de grande parte do interior, dos “sertões” do Brasil.

Essa crise, talvez prevista ou intuída por Euclides e por Amadeu Amaral, em seu tempo, sem outros instrumentos de análise e interpretação como os de Antônio Cândido, três ou quatro décadas além, e com o respaldo da ciência e de método específico, pode explicar também no plano da linguagem muitos fenômenos que alteraram o percurso do dialeto caipira em termos de manifestação, natureza e amplitude. Mas também nessa crise caracteriza-se a função crucial que tem desempenhado, com o que restou de sua história, para sobreviver e materializar uma tradição que resiste a pressões de toda ordem. Retirado de seu ambiente, o caipira tem de lutar ainda contra várias outras adversidades pela sobrevivência, que também depende da linguagem. Sua cultura, sua produção, sua capacidade de integração e atuação social são relativas ao domínio de sua expressão. E esta também depende do

⁽¹²⁾ Ibidem, p. 223.

meio, das circunstâncias, dos recursos disponíveis, da estabilidade do grupo em que se insere.

É da expressão, dessa linguagem, que se ocupou, àquela fase histórica do início do século, Amadeu Amaral, em seu trabalho mais conhecido ainda hoje.

Pode-se considerar que Amadeu Amaral, escritor contemporâneo de Euclides, e próximo dele em certo momento, manifestou também sua expectativa coerentemente pessimista em relação ao semelhante fenômeno sociocultural, observando, entretanto, distinta “área geográfica”. Seus objetos eleitos eram a herança cultural e a linguagem – o elo de ligação dos fenômenos, fonte de sua preocupação com o meio que selecionou e em que pôs sua atenção num primeiro plano. O propósito dele, no entanto, confessadamente, seria bem mais amplo do que pôde realizar.

Na “Introdução” d’*O dialeto caipira*, publicado em livro, após alguns anos de levantamento de dados e elaboração – parece que nos planos de seu autor deveria ter sido obra para a vida inteira –, assevera:

*Tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás, um dialeto bem pronunciado, no território da antiga província de São Paulo. É de todos sabido que o nosso falar caipira – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria maioria culta.*¹³

O interesse pelo fenômeno dialetal que já supunha em processo de extinção não diminuiu em sua trajetória de escri-

¹³ O dialeto caipira, p. 41.

tor, jornalista, estudioso da tradição popular brasileira e autêntico militante da vida intelectual; um autodidata que superou as naturais limitações de formação e recursos pelo talento, trabalho, objetividade e consciência de seus limites e de seus valores, com muita dedicação às causas que defendeu em duras campanhas e sobre quem pesou muitas vezes a incompreensão, o preconceito e, talvez, alguma ponta de inveja de alguns de seus pares, em relação às suas iniciativas, propostas e obras.

O militante e poeta de Capivari rejeitava, pelo que se deduz de seu texto, qualquer possibilidade de sobrevida para o caipira em razão dos fatos sociais que anuncia:

Ao tempo em que o célebre falar paulista reinava sensível, o caipirismo não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana. De algumas décadas para cá tudo entrou a transformar-se. A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos fatores da diferenciação dialetal. Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem das coisas.¹⁴

Entre as causas arroladas, Amaral valoriza o aumento da população, as vias de comunicação, o contato da província com o exterior, a presença de estrangeiros, principalmente italianos e sírios, a ausência de caipiras em regiões desbravadas, como no oeste de São Paulo, a instrução e a educação (a presença da escola, provocando divergência entre os falares de gerações), o desaparecimento da influência do negro; causas de novas tendências que provocarão outro rumo na evolução do português corrente. “Mas essa evolução já não será a do dialeto *caipira*.”

⁽¹⁴⁾ Ibidem, p. 41-2.

O escopo de seu trabalho foi “*caracterizar esse dialeto ‘caipira’ ou, se acham melhor, esse aspecto da dialeção portuguesa em S.Paulo.*” Segundo ele, tal fenômeno achava-se acantado em pequenas localidades, isoladas do progresso, e subsistia na boca de pessoas idosas, que preservavam a antiga educação. Para Amaral, cumpria registrar esse dialeto numa recolha com a participação de elementos das várias regiões em que se manifestasse:

Seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto, não verificado pessoalmente.¹⁵

A “Introdução” do *Dialeto* traz as recomendações para que os prováveis colaboradores observassem certas normas e demonstra, mesmo considerando a dificuldade da tarefa para uma só pessoa e sua confissão de “hóspede em glotologia”, absoluta consciência da importância dessa prática para o conhecimento...“dos caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um.

Preocupações de um inquieto estudioso, sem curso secundário, cujas propostas e cujo trabalho, em se tratando de algumas de suas criteriosas e proveitosas iniciativas, pela época, e mesmo pelo resultado, o transformaram num autêntico “scholar”, um “scholar” urbano e progressista de origem caipira; e se não praticou como poeta a literatura popular e caipira, como outros de seu tempo e meio, soube valorizá-la e, ainda mais, procurou preservar sua expressão com mérito de pioneiro. Serafim da Silva Neto (1960), embora tratando de um fato específico (a pronúncia da africada tchê) da pronúncia caipira, aceita que apenas Júlio Ribeiro (1881) e Eduardo

⁽¹⁵⁾ Ibidem, p.43.

Carlos Pereira (1919) o antecederam neste assunto. No entanto, como autor de estudo de conjunto da fala do caipira, Amaral não teve antecessores.

Amaral deixa entender, pelo que revela na “Introdução”, que pretendia continuar suas investigações e o levantamento de dados, mesmo depois de iniciar a publicação do *Dialeto*. Observa-se aí, e em outras passagens da obra, a consciência do tamanho da empreitada e das dificuldades de realizá-la. Obstinado, modesto, exibindo sempre humildade e nunca subserviência, aparentando cautela em algumas manifestações, idealista quase ingênuo em várias situações, como o demonstra seu amigo e biógrafo, não era ingênuo em relação aos interesses e à cultura de seu povo. Pena que não pudesse ter à mão, em seu momento histórico, obras posteriores como as de Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e as de Antônio Cândido. Ainda assim, com deficiência de recursos Amadeu Amaral ofereceu também, no campo do conhecimento da sociedade brasileira, sua grande contribuição.

Amadeu Arruda Amaral Leite Penteado nasceu no município de Capivari, SP, em 6/11/1875, e morreu em São Paulo, SP, em 24/10/1929. Vida breve para tantos propósitos. Figura social e humana marcada pela cultura de transformação do Brasil do fim do século XIX e início do XX, talvez seja um dos mais importantes exemplos das contradições a que se submeteram os representantes de uma classe ascendente, em conhecimento e em visão de realidade, e declinante, como função ou papel no espaço de poder, em face das dificuldades para superar as mudanças oriundas de uma nova ordem econômica e política, que exigia outros modelos de atuação no quadro da sociedade.

Era um intelectual sem posses, como vários outros de sua época, fadados ao conflito entre a tarefa da sobrevivência concreta no dia a dia e o cultivo da mente pelo bem comum, pressionados pelo lado prático da vida, pela necessidade de ganhar a cada dia seu sustento; entre o cotidiano humilde e o sublime esforço de superar pela obra de ciência ou de arte o limite medíocre do tempo comum. Superou obstáculos e superou-se com eles. Poeta, de influência parnasiana, admirador e amigo de Olavo Bilac, a quem sucedeu, a partir de novembro de 1919, na Cadeira de número 15 na Academia Brasileira de Letras, é de 1899 seu primeiro livro de poesia, *Urzes*, a que seguiu *Névoa*, de 1910; o terceiro de poesia, *Es-pumas*, é de 1917 e, depois, *Lâmpada antiga* sai em 1924.

Amadeu, para sobreviver, começou cedo sua vida de trabalho. Professor particular, funcionário público, conferencista e ensaísta, teve, na verdade, na militância de jornalista sua mais estável atividade e o trabalho mais reconhecido ao longo da vida. No ambiente do jornal, nos vários órgãos a que serviu, teve a oportunidade de mostrar, além de trabalho, competência, coerência e caráter.

Em vários momentos da vida, recebeu a ajuda dos que acreditavam em sua qualidade de jornalista e escritor. Trabalhou em vários órgãos da imprensa, jornais e revistas. São importantes experiências as do *Correio Paulistano*; de São Paulo; da revista *A Farpa*; do *Diário de Notícias*, do Rio; da *Revista do Brasil*, de que foi um dos fundadores; do *Comércio de São Paulo*; e, principalmente, d'*O Estado de São Paulo*, a garantia, muitas vezes, de receber, além do salário, a amizade e o reconhecimento de seu talento. Júlio Mesquita, sem dúvida, foi amigo e, muitas vezes, um seguro apoio.

Na verdade, muitas figuras da vida intelectual brasileira, não se deve ignorar, encontraram nas redações de jornais, revistas de vária natureza, gráficas e editoras alguma espécie de recompensa de seu esforço intelectual e, muitas vezes, a única fonte de subsistência. Essa relação de patrocínio, ain-

da que não muito diferente do clientelismo e do patrocínio de natureza política, mereceria um estudo especial. Amaral, pioneiro dos estudos de dialetologia e folclore, escritor e figura pública de mérito, constitui-se um bom exemplo do que se pode entender como beneficiário desse fenômeno de “mecenas interessado”, ou seja, com retribuição de bom trabalho e lealdade. Cumpre afirmar, entretanto, que apesar desses vínculos freqüentes em sua vida, jamais cedeu a pressões de qualquer tipo que violassem seus princípios; e ele os tinha em quantidade. Um modelo de dignidade e coerência, respeitado, mas nem sempre valorizado e enaltecido.

Paulo Duarte, admirador, amigo e companheiro de muitas campanhas e atividades, depois, seu editor, além de comovido biógrafo, faz justiça ao espírito combativo, idealista e entusiasta de Amadeu Amaral, na apresentação de *Tradições Populares*, obra que deveria ser completada pelo “Cancioneiro Caipira”, infelizmente nunca publicado; e ainda no oportuno prefácio da edição que produziu, em 1955, pela Anhembi da obra “filológica” a qual, embora apenas parcialmente concluída, deu a Amadeu merecida notoriedade. Apresenta alguns pormenores desse esforço, em que ele também, com entusiasmo, foi envolvido. Paulo Duarte, um dos mentores da criação do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, cujo primeiro diretor foi Mário da Andrade, e diretor do Instituto de Pré-história da USP, tornou-se o grande responsável pela publicação, em livros, de obras do companheiro de idéias e de trabalho. Como um e outro talvez sejam hoje apenas nomes de bibliografias acadêmicas, vale a ocasião de repetir algumas de suas linhas:

“É quase inédita, pois, a obra do Amadeu, inteiramente desconhecida pelas últimas gerações e quase olvidada pelos seus contemporâneos”.

“E desse magnífico conjunto, salientam-se os estudos de folclore que constituem agora “Tradições populares”, nome que ele próprio deu aos seus rodapés em “O Estado de São Paulo”.

Não se destacam apenas pelo seu interesse brasileiro. Notabilizam-se pelo caráter científico de suas pesquisas num momento em que ninguém pensava nisso. O folclore era tido como simples matéria-prima da literatura, muitas vezes de má literatura. Ninguém, salvo um punhadinho de homens lúcidos a começar por Silvio Romero ou Melo Moraes e a terminar por João Ribeiro e Alberto Faria, encarava a nossa poesia popular, as estórias e brincos infantis, as parlendas, os rifãos, as frases feitas, as adivinhas, como objeto de estudo aprofundado, despido de qualquer fantasia ou laivo de imaginação, para o conhecimento da psique popular ou da alma coletiva brasileira.

Quando poucos poetas, como Gonçalves Dias e Bilac, iam buscar as lendas brasileiras para encastoá-la nos seus versos, ou bons escritores como Afonso Arinos ou Valdomiro Silveira escavavam o filão caipira para contos agradáveis, Amadeu Amaral iniciou a pesquisa sistemática e metódica no campo sociológico, coisa que só seria realmente compreendida no Brasil cinco ou seis anos depois da sua morte, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por intermédio dos professores estrangeiros com que se inaugurou a Universidade de São Paulo.

.....

Repetidamente salientou a importância dos estudos folclóricos, o seu caráter universal, ‘essa continuidade histórica que mal ou nunca se acomoda a limitações constantes de tempo e de território’. E quantas vezes não salientou a falta de método de tais estudos no Brasil, ‘colheitas realizadas ao acaso das oportunidades’, sem sistema, sem método, sem nenhum resquício científico, para delas tirar o que poderiam dar! Foi Amadeu quem primeiro analisou no Brasil, com objetividade científica, a poesia popular.”¹⁶

Paulo Duarte supõe que o *Dialeto* tenha sido um prelúdio dos estudos folclóricos e tenha se iniciado após a entrada de Amadeu para *O Estado de São Paulo* em 1910. Amadeu publicou em 1916 a “Introdução” e o primeiro capítulo, o da “Fonética”, e, em seguida, também na *Revista do Brasil*, o da

⁽¹⁶⁾ *Tradições populares*, p. XXVIII-XXXIX.

“Formação do vocabulário” (no livro, em 1920, “Lexicologia”); depois saem o da “Morfologia”, o da “Sintaxe” e o “Vocabulário”, entre 1917 e 1920. Lembrando as referências de Roger Bastide muito favoráveis ao livro *Tradições populares*, desejando que se tornasse um livro de cabeceira dos que se interessassem por folclore em São Paulo e alhures, aponta certas convergências entre o pensamento de Amadeu Amaral e o do Professor Bastide, acerca de vários aspectos da cultura popular em toda parte. Paulo Duarte acentua mais uma vez

a profundidade, a universalidade do espírito desse modesto caboclinho do interior, que nunca viu nenhum desses centros, que nunca saiu do Brasil, que nunca fez um curso universitário, que nem sequer tivera um curso secundário metódico e completo. Autodidata típico, ele, entretanto, consegue desviar-se de todas as deformações do autodidatismo mercê de uma inteligência lúcida e profunda, de uma intuição que transpõe limites da genialidade, servidas por uma objetividade de cientista puro e uma serenidade imperturbável.¹⁷

As *Tradições populares* e *O dialeto caipira* são duas razões muito claras das convicções do notável diretor da inesquecível revista *Anhembi*, a respeito do valor de Amadeu Amaral.

DIALETO

O livrinho é um todo, ainda que não acabado, e assim deve ser visto, mas algumas passagens de suas divisões chamam a atenção.

Reunindo uma bibliografia predominantemente de fontes literárias para ponto de referência e organização de seu trabalho, surpreende a qualidade do resultado. Pois usou-a

⁽¹⁷⁾ O dialeto caipira, p. 37.

comedidamente para corroborar fenômenos observados, para analisar outros e estabelecer paralelos entre fatos de épocas diferentes ou de diferentes áreas de ocorrência. Entre os autores citam-se: José Leite de Vasconcelos em seus *Textos Arcaicos*, *Lições de Filologia*, e *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, cuja primeira edição é de 1901, etc.; Said Ali, com as *Dificuldades da Língua Portuguesa*; José Joaquim Nunes, com a *Crestomatia arcaica*; Ribeiro de Vasconcelos, com a *Gramática Portuguesa*; Júlio Moreira, com os *Estudos filológicos*; João Ribeiro, mas não com obras gramaticais; Adolfo Coelho com seu estudo *A Língua Portuguesa*; o clássico Duarte Nunes de Lião com *Origem e Ortografia da Língua Portuguesa*; Francisco José Freire com suas *Reflexões sobre a língua portuguesa*; o notável, e seu contemporâneo, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, mas com as *Palestras filológicas*; Manuel José de Paiva e sua *Infermidades da Língua*; e Otoniel Mota, citado genericamente com o que denominou “escritos esparsos”, que devem incluir, talvez, estudos gramaticais e didáticos. Menciona entre os periódicos de temas lingüísticos a *Revista Lusitana* e a *Revista de Língua Portuguesa*. Quanto aos trabalhos lexicográficos de vária natureza sobre o português brasileiro e sobre outros idiomas já são em bom número, incluindo os clássicos: Viterbo; o Visconde Baurepaire-Rohan; Macedo Soares; Monsenhor Delgado; Zorobabel Rodrigues com seu *Dicionário de chilenismos*; o Padre Montoya com sua *Gramática e Dicionários de la Lengua Tupi ó Guarani*; o Teodoro Sampaio, com *O tupi na Geografia Nacional*; J. Barbosa Rodrigues, com o *Vocabulario indígena comparado*; Afonso d’E. Taunay e seu *Léxico de lacunas*; Gonçalves Dias e seu *Dicionário da Língua Tupi*; Romanguera Correia, com o *Vocabulário Rio-Grandense*; Braz da Costa Rubim, com o *Vocabulário Brasileiro*; Chermont de Miranda e seu *Glossário paraense*; Cândido Figueiredo e seu *Novo Dicionário*; Rodolfo Garcia e seu *Vocabulário de brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)*; etc. As obras literárias e outras fontes vão do período arcaico ao contemporâneo de Amadeu. E se deve

mencionar a colaboração declarada de Alberto Faria, Valdomiro Silveira, Rodolfo von Ihering, Bento Pereira de Arruda; Filinto Lopes, Cornélio Pires e Manuel Lopes de Oliveira Filho.

As fontes literárias, quando únicas de registro de algum fato, por mais confiança que merecessem não foram usadas para a abonação, se já não recolhidas da fala. Era necessário, para Amadeu, a confirmação do uso entre os caipiras por testemunhos diretos, razão de muitas lacunas, no caso de tantos vocábulos inseridos em textos e de vocábulos conhecidos cuja permanência ainda se pode atestar em nossos dias, mas que não foram à época recolhidos, ou não foram confirmados até a primeira edição em 1920, considerada ainda um “rascunho do trabalho”. Vários devem ter sido anotados para a posterior inclusão, que, infelizmente, não veio a ocorrer, em razão de sua morte em 1929.

Assim, também em relação às estruturas frásicas, às frases feitas, os modismos sintáticos que por certo seriam mais abundantes numa possível reedição, manteve o rigoroso cuidado; seu zelo foi notável, pelo que pôde merecer elogio dos pósteros, como o de Serafim da Silva Neto, em referência feita ao “esplêndido livrinho” do “poeta e não filólogo” Amadeu Amaral.

A obra se divide como uma gramática, em partes, mas enfatiza o léxico, que expõe em duas partes coerentemente distintas, a II, como Lexicologia, e a V, como Vocabulário. A parte I trata da Fonética, a III, da Morfologia e a IV, da Sintaxe, estas duas proporcionalmente reduzidas, sem perder, no entanto, em propriedade e interesse, pelas atinadas observações ali inseridas. O rigor técnico das descrições lingüísticas contemporâneas não devem servir de restrição ao sistema de análise dos fatos registrados no *Dialeto*; muitos especialistas posteriores a Amadeu souberam dar desconto a certas imperfeições do “livrinho, bem como a algumas faltas, que não puderam ser corrigidas em tempo. Em seu prefácio, o próprio

Paulo Duarte aponta algumas delas. As qualidades do trabalho e da iniciativa, afinal, as superam muito.

Amaral faz comentários genéricos, na primeira parte, sobre a prosódia, o ritmo, o acento da fala caipira, que considera de lentidão, cantada, mas “menos musical que a portuguesa”. O caipira pronuncia claramente as vogais, independentemente da posição no vocábulo; a duração é o dobro da pronúncia portuguesa; as vogais átonas também são bem pronunciadas.

Atribui à prosódia do dialeto influência em outros níveis, como no sintático, por exemplo, na diferenciação da colocação pronominal no Brasil, sugerindo que se faça “um estudo acurado das feições da prosódia caipira, com objetivo de discriminar a parte que lhe toca na evolução dos diferentes departamentos do dialeto.” Remete o leitor para o trabalho de Said Ali, que nas *Dificuldades da língua portuguesa* estuda a questão da posição de pronomes e a associa à prosódia e ao ritmo.

Na segunda parte estuda as vogais e as consoantes e aí se encontram fatos nítidos da fonética do dialeto, entre os quais a prolação do -s; a articulação “língua-palatal guturalizada do r intervocálico ou medial pós-vocálico”; a freqüente síncope da “explosiva gutural gh” antes de u, como em “lêgua = leu-ua”. Em relação às vogais tônicas e as vogais átonas são suas palavras:

As TÔNICAS, em geral não sofrem alteração. O único fato importante a assinalar com relação a estas é que, quando seguidas de ciciante (s ou z), no final dos vocábulos, se ditongam pela geração de um i: rapáiz, méis, péis, nóis, lúiz.

Quantos às ÁTONAS:

Na sílaba postônica dos vocábulos graves, conservam o seu valor típico. Não se operou aqui a permuta de e final por i,

que se observa em outras regiões do país (aquêli, êsti), como não se operou a de o por u (povu, digu), fenômeno que se operou em Portugal, ao que parece, a partir do séc. XVIII.¹⁸

Explica a síncope da pós-tônica nos esdrúxulos e a transformação de algumas vogais e dos grupos vocálicos, como ei, ou, p. ex. no caso de roubo(s.), roubo(v.); trouxe(truxe) e soube(sube).

Um importante observação, contestada aqui e ali por vários autores, alcança as formas em-*al*,-*el*.

*As palavras terminadas em al, el, il... freqüentemente aparecem apocopadas: má, só, jorná = **mal, sol, jornal**. Não inferir daí que houve queda do l Esse l mudou-se primeiro em r, e depois caiu este fonema, de acordo com uma das leis mais rígidas, e mais facilmente verificáveis, da fonética dialetal.*

É de notar-se ainda a pronúncia em questão (má, só) é mais comum entre os negros, que, submetidos, em geral, ao império das mesmas leis, quando no mesmo meio, não deixam entretanto de diferir dos caboclos e brancos em mais de um ponto.¹⁹

Arrola algumas formas sincréticas com h e y; e aponta a síncope do d nas formas verbais -ando, -endo, -indo; explica as formas talequá e malemá; e a queda o -r, bem como sua permanência em formas como dôr, par côr, por, justificadas pela habitual posição proclítica, e também em amor e suôr. Descreve a apócope do -s em flexões de plural.

Amadeu distingue os fatos ou alterações “normais” (sistemáticas) das acidentais, e mostra casos em que os fatos acidentais tornam-se freqüentes, como nas formas proclíticas de senhor – nhô, seô, siô, sô e correspondentes do feminino.

⁽¹⁸⁾ Ibidem, p. 48-9.

⁽¹⁹⁾ Ibidem, p. 52.

Nota-se que teve a intenção de distinguir os fatos sistemáticos e os acidentais, bem como possíveis variantes. Soube perceber fenômenos e aventar explicações como um especialista, fato muito bem apontado por Paulo Duarte.

No segundo capítulo, que teve na redação inicial o título de “Formação de palavras”, trata especialmente da história do vocabulário. Considera quatro origens, a do português colonizador, a das línguas indígenas, a das importações de outras línguas “por via indireta” e a do “seio do dialeto”. Salienta com propriedade a presença de formas antigas no dialeto:

São em grande número, relativamente à extensão do vocabulário dialetal, as formas esquecidas ou desusadas na língua. Lendo-se certos documentos vernáculos dos fins do século XV e de princípios e meados do século XVI, fica-se impressionado pelo ar de semelhança da respectiva linguagem com a dos nossos roceiros e com a linguagem tradicional dos paulistas de “boa família”, que não é senão o mesmo dialeto um pouco mais polido.

Na carta de Pero Vaz de Caminha abundam formas vocabulares e modismos envelhecidos da língua, mas ainda bem vivos no falar caipira: inorância, parecer (por aparecer), mêm (adj. meia), ua, trosquia, imos (vamos), despois, reinar (brincar), prepósito, vasios (região da ilhargá), luitar, desposto, alevantar, “volvemo nos já bem noute, veemo nos nas naus”, “lançou o na praya”.²⁰

Analisa as correntes e classifica os arcaísmos como de “forma”, de “sentido”, de “forma e sentido” e de “locuções de feição arcaica”; aponta com acuidade a confusão feita, às vezes, entre formas de natureza arcaica e as que foram mudadas no seio do dialeto.

^[20] Ibidem, p. 56.

A relação de termos de origem indígena aponta para denominações geográficas, bairros, povoados, lugares, fatos de várias naturezas, nomes da fauna e da flora, utensílios e alimentos, costumes, doenças; traz ainda certos adjetivos e substantivos adjetivados, explicando a origem predominantemente tupi desse léxico apoiado no trabalho de Teodoro Sampaio; defende a pronúncia popular como a melhor no caso das formas variantes dos vocábulos que a apresentam.

Mostra também a importância dos termos estrangeiros ou estranhos, que considera de pequeno número; mas justifica-os pelas características da expressão do caipira e de sua cultura. Muitas das aquisições procederiam do “dialeto geral do Brasil” de que passariam ao caipira. Nesse processo, O Rio Grande do Sul é apontado como a rota principal desses vocábulos.

Suas observações acerca da contribuição africana provocou controvérsias:

*A maior parte dos vocábulos africanos existentes no dialeto caipira não são aquisições próprias. A colaboração do negro, por mais estranho que pareça, limitou-se à fonética; o que dele nos resta no vocabulário rústico são termos correntes no país inteiro e até em Portugal...*²¹

Dá vários exemplos em apoio ao argumento.

Apresenta ainda uma boa relação de vocábulos de “formação própria” do dialeto, muitos neologismos expressivos, “já indispensáveis àqueles mesmos que procuram fugir à influência do regionalismo”, verbos, substantivos adjetivos, formas simples e compostas, justapostas, derivações e palavras portuguesas “que têm sofrido aqui mudanças mais ou menos profundas de sentido”. E arrola também algumas que, no dialeto, os receberam novos.

⁽²¹⁾ Ibidem, p. 64.

Aqui se reforçam alguns fatos da formação vocabular e dá ênfase ao processo de reduplicação do radical nas perífrases com gerúndio, como em *vinha pulá(r)-pulando*; *ia cai(r)-caindo*, fato que ele justifica pela hesitação dos falantes antigos entre a perífrase com o gerúndio e a perífrase com o infinitivo; a forma sofreu mudança semântica e intensificou o valor iterativo.

Na morfologia menciona fatos denominados “teratológicos”, como os da etimologia popular, e casos de derivação regressiva, como *paixa*, *satisfa*. Trata das categorias de gênero, em que aponta para a ausência de flexão de adjetivos e do participio, quando distantes do substantivo; de número, em que reconhece a dificuldade de distinguir os fenômenos do *-s*, entre os puramente fonéticos e os flexionais, pelo que os classifica a partir de vocábulos átonos, como nas contrações, em que se mantém. Nos oxítonos, mantém-se quando não indica apenas pluralidade. Mas permanece nos vocábulos gramaticais como pronomes demonstrativos e indefinidos. Curiosa a permanência, sem noção de número, em “réis” e alguns outros.

Em caso de vocábulos de final *-s* do radical, Amadeu aponta que também a vogal de apoio (temática) não aparece, como em *as páiz*. Nos pronomes adjetivos possessivos, em função de substantivo, pode perdê-lo. Segundo o *Dialeto*, são os determinativos que indicam a flexão, mas os qualificativos não se pluralizam, a não ser em “expressões ossificadas” com sua anteposição. A repugnância pela flexão gera alguns fenômenos fonéticos e de fonética sintática que, por exemplo, resultam na prótese da sibilante à vogal inicial do vocábulo seguinte como em *zóio*.

Quanto à gradação, levanta vários exemplos nos nomes próprios e mostra a presença nos adjetivos e advérbios.

O emprego do aumentat. e do dimin. estende-se largamente aos adjetivos e aos advérbios: longuinho, pèrtinho,

assinzinho, agòrinha. Acompanham estas duas últimas formas particularidades muito especiais de sentido: longuinho; equivale a “um pouco longe”; pertinho, a “bem perto, muito perto”; assinzinho, a “deste pequeno porte, deste pequeno tamanho”; agorinha, a “neste mesmo instante”, “há muito pouco”, “já, daqui a nada”.

Dir-se-ia existir qualquer “simpatia” psicológica entre a flexão diminutiva e a idéia adverbial. São expressões correntes: falá baxinho, parô um bocadinho, andava deste geitinho, vô lá num instantinho, falô direitinho, ia de vagarinho, fartava no serviço cada passinho, etc.²²

As comparações limitam-se praticamente às formas analíticas.

As flexões verbais aparecem com fenômenos ligados à pessoa, ao número, em que se observa a manutenção da forma do singular também no plural, quando esdrúxula, como *ia, fosse*, etc. Nas flexões de modo e tempo, Amadeu Amaral traz os curiosos exemplos de emprego das formas do futuro em certas construções do dubitativo. E os raros casos de imperativo, como *andai, trabaiaia*, que se empregam sem consciência do valor morfológico e é comumente substituído pelas formas da 3^a. pessoa.

No caso dos pronomes, chama a atenção a lembrança do emprego enfático do *tu*, do raríssimo emprego de *vós*, do uso de *a gente* e *uma pessoa* como “indeterminantes” e do *você* e suas variantes. E ainda na fala dos pretos, mais que no dialeto caipira:

a invariabilidade genérica do pronome ele, junta à invariabilidade numeral. Quando se trata de indicar pluralidade, o pronome ele se pospõe ao artigo def. os e tanto pode referir-se ao gênero masculino, como ao feminino: osêle, zêle fôro zimbora – eles (ou elas) foram-se embora.²³

⁽²²⁾ Ibidem, p. 72.

⁽²³⁾ Ibidem, p. 73.

O capítulo em que trata da sintaxe traz 10 subdivisões e 28 parágrafos, alguns dos quais fazem remissões a pontos anteriormente vistos. Chama inicialmente a atenção para a dificuldade de sistematização desses fenômenos sem acúmulo de “muito material”, princípio indiscutível para quem estuda a linguagem como um “fato social”.

O material que conseguimos reunir é pouco, e ainda não estará livre de incertezas e dúvidas; mas foi colhido da própria realidade viva do dialeto, e tão conscienciosamente como o mais que vai exposto nas outras partes deste trabalho.²⁴

Aponta, entre outros fenômenos, a vaga determinação do sujeito, pela omissão do artigo de um substantivo no singular; a pluralização do verbo com alguns coletivos na função de sujeito; o emprego do *mim* em vez do *eu* diante de infinitivo nas “cláusulas infinitivas dependentes”; o uso de *ele*, *ela* como objeto direto, fato que considera independente do “fenômeno que se verificou, sem continuidade, no período ante-classico do português.” Para ele, o pronome *lhe*, dito *le*, só se emprega no caipira “referido à pessoa com quem se fala”, portanto “só se refere, de fato, à ‘segunda’ pessoa *real*.” Ainda com referência ao uso do pronome, lembra que o uso das “formas pronominais nominativas” é fato isolado, como *não qué bem eu* ou *não me qué bem eu*; o pronome usado no dialeto caipira é o oblíquo.

Nas construções perifrásticas ressalta a preferência pelo gerúndio, em vez do infinitivo, como os quinhentistas e seiscentistas; e aponta para um caso muito particular:

A ação reiterada, contínua, insistente é expressa por uma forma curiosíssima: Fulano anda corrê-corrêno p'ras ruas

⁽²⁴⁾ Ibidem, p. 74.

*sem o quê fazê – A poure da nha Tuda véve só chorá-choranno despois que perdeu o marido.*²⁵

Nas construções com *ter* e *haver* aponta a preferência pelo primeiro verbo, nas temporais, e a ocorrência de formas anquilosadas de *haver* em algumas construções, como *Há que tempo*; *Num hái quem num saiba*. Nas construções relativas, descreve os vários casos de substituição dos pronomes *qual*, *quem*, *cujo* e do *que* precedido de *a*, *pelo que*, como em *A roupa com que viajava*; no dialeto: *A rôpa...que viajava cum ela*; o *menino a quem eu dei um livro*; no dialeto: *o minino que eu dei um livro pra êle* (ou *prêle*).

Salienta o emprego de *mais* como advérbio temporal nas proposições negativas, substituindo *já*, como ocorria na língua antiga, e também o emprego das duas negativas – *Ninhum num fica*; e dá como brasileirismo o emprego do *não* repetido, depois do verbo, embora reconheça um ou outro exemplo na língua antiga.

No caso das circunstâncias de lugar, assinala a predominância da preposição *em*; nas de tempo mostra, a preferência do caipira pelo uso da tradição da língua, que segundo ele, omite a preposição, como em *Dia 5 ele vem*. Nas circunstâncias de causa, como na fala popular portuguesa, o caipira emprega *por amor de*, nas formas *pramor de*, *mór de* e *mó de*; e substitui *por causa de* pela fórmula *por causo*, fato que Amadeu atribui à confusão com *caso*, “que o caipira mudou em *causo*”.

A última parte do *Dialeto* talvez seja a mais rica acerca da linguagem do caipira, pois contempla fenômenos dos ní-

⁽²⁵⁾ Ibidem, p. 76.

veis anteriores da descrição e arrola muitos outros de natureza semântica, lexical e sintática, como frases feitas e modismos, que enrique o trabalho. Também documenta com muitas indicações de fontes os muitos exemplos que utiliza nos verbetes.

Como informa na introdução do capítulo, não se propôs reunir tudo o que encontrou de “brasileirismos correntes em São Paulo”, mas apenas vocábulos em uso entre roceiros ou caipiras, “cuja linguagem, a vários respeitos, difere bastante da da gente das cidades, mesmo inculta.” Informa também que deixou de lado muito material para “mais detidas averiguações” e posteriores inserções.

Este capítulo não tem a numeração de parágrafos como os anteriores. Os subtítulos que antecedem o glossário, “O que contém este vocabulário”, “As várias formas”, “Abonações” e “Abreviaturas” revelam influência da sistematização dos dicionários e glossários que consultou para o trabalho. O conteúdo dessas partes traz sempre alguma referência a procedimentos no trabalho, de certo modo à metodologia adotada e a cuidados que tomou para manter fidelidade à realidade do objeto de sua atenção. Inicia-se com “Abanca(r)[se]” e encerra-se com “Xergão”.

Tendo de juntar às definições frases que dessem melhor idéia dos termos, achámos que seria interessante tirar essas frases de escritores conhecidos e apreciados, desde que enquadrassem perfeitamente com o uso popular. Apenas fizemos algumas modificações de grafia.²⁶

Segundo Paulo Duarte, entre os papéis que encontrou de Amadeu, em seus apontamentos, haveria algumas centenas de vocábulos que poderiam vir a ser utilizados na ampliação do Vocabulário, muitos provindos da colaboração de pes-

^[26] Ibidem, p. 83.

soas a que consultava ou de autores, estudiosos, como Manequinho Lopes, Catulo da Paixão, Simões Lopes Neto, Carvalho Ramos, para lembrar apenas alguns. Mas os originais desapareceram.

Restaram mais alguns registros de vocábulos quinhentistas ainda em uso no Brasil, sem contar, dispersas, da primeira edição do 'Dialeto', algumas folhas pregadas em papel branco de jornal, evidentemente para receber, em cada página, separadamente corrigendas e anotações para a segunda edição da obra, anunciada em "O elogio da Mediocridade".²⁷

O legado, ainda que inconcluso, desse trabalho teve conseqüências e merece lembrança e continuidade.²⁸

As várias e, às vezes, longas citações aqui feitas têm, na verdade, também o propósito de oferecer à leitura e à memória do leitor um pouquinho das obras referidas, de muitos já esquecidas inexplicavelmente, e que podem dar, no entanto, sua contribuição aos estudos da cultura brasileira. Esquecidas como o foi outro poeta de Capivari, Rodrigues de Abreu, também contemporâneo e amigo de Amadeu Amaral.

O mérito de seus trabalhos, descontadas as limitações impostas ao autor pelas condições de época e pelas dificuldades da vida, não pode ser negado a Amadeu Amaral. Testemunhos de seu valor são dados em obras posteriores pelos que o citam e tomam como referência, ainda que às vezes

⁽²⁷⁾ Ibidem, p. 23.

⁽²⁸⁾ Há algum esforço hoje, sobretudo em iniciativas acadêmicas, para a retomada da tarefa de descrever o português do Brasil em suas muitas variedades. Um bom exemplo é o projeto da Filologia Bandeirante, que congrega estudiosos da área de Filologia e Língua Portuguesa com a liderança do Prof. Heitor Megale; e iniciativas em algumas Universidades Federais, do Sul, de Minas Gerais e da Bahia e do Nordeste.

para contestar suas observações ou conclusões; mas sem negar com ele o diálogo necessário. O seu contemporâneo no jornalismo da década de 20, Barbosa Lima Sobrinho, em obra de 1958, a propósito da dialeção e dos critérios para estudá-la no Brasil, sugere que é preciso “fixar a lição magnífica de Amadeu Amaral”. E depois de transcrever um longo trecho do *Dialeto*, conclui:

*Amadeu Amaral escrevia essas palavras em 1920. Ainda hoje, é o que melhor se pode dizer a respeito desse problema, que ainda não foi tratado dentro de orientação assim minuciosa e segura, para uma conclusão, que se fizesse mais sob a influência de fatores lingüísticos do que sob a sugestão de divisões políticas, ou geográficas que nem sempre correspondem às realidades da diferenciação do idioma.*²⁹

Mesmo com restrições a este ou aquele aspecto da obra, muitos estudiosos de questões lingüísticas, culturais e literárias no Brasil não negaram virtudes ao seu resultado e ao material nele exposto. As poucas restrições que se fizeram ao *Dialeto* não obscurecem o valor da obra e de seu autor, como estudioso e incentivador da pesquisa sobre a cultura popular no Brasil; além de seu esforço nas Academias Paulista e Brasileira de Letras; da militância na imprensa; de sua dedicação plena a causas sociais; de sua figura humana moral e intelectual.

É oportuno também lembrar, a respeito de Amadeu Amaral e de suas obras, as manifestações de duas personalidades decisivas da vida intelectual brasileira da época com as quais teve interações. Quando eleito para a Academia Brasileira de Letras, foi homenageado por três crônicas de Monteiro Lobato. Na primeira, de agosto de 1919, na Revista do Brasil, com o título de “Academia Brasileira, ressalta o fato de que Amaral fora eleito sem compadrio, por mérito literário, ‘como

⁽²⁹⁾ A língua portuguesa e a unidade do Brasil, p. 37.

poeta', e pelos estudos de variantes dialetais, que vinha publicando na própria revista.

Se se reúnem em Amadeu Amaral dotes intelectuais suficientes para lhe acentuar a personalidade como das mais elevadas que possuímos, emolduram-na qualidades morais notabilíssimas.

Daí o seu feitio inteiriço, a harmonia, o caso de equilíbrio sobremaneira raro que ele é nesta época de extremas frouxidões. Junto com o grande poeta mora em Amadeu Amaral homem de bem. Com entusiasmo proclamamos esta feliz conjunção de valores. Ganha foro de truísmo na mente de nosso povo o doloroso apotegma: talento e caráter se excluem. A prova de que não, é que Amadeu Amaral existe.³⁰

A segunda, é de janeiro de 1920, no mesmo veículo, intitulada “Discurso de Amadeu Amaral”, e vem a propósito do discurso de posse, proferido em 14 de novembro de 1919 e publicado em volume especial pela tipografia d’O Estado de São Paulo, em que o novo acadêmico fez o elogio de seu amigo fraterno, Olavo Bilac, falecido em 28 de dezembro de 1918. Lobato trata das qualidades literárias do texto e valoriza a pertinência do discurso. Na terceira, de 1922, saúda o *Dialeto caipira* como a “primeira gramática da língua brasileira”. Crônica curiosa e inspirada, com imagens alegorizadas sobre a língua menina que se fará moça: “sinhazinha Brasilina não tem pressa”.

“Tem namorados. Cornélio Pires é um. Valdomiro Silveira é outro. Com eles abre o coração e entremostra o ouro que lhe vai dentro.” [...]

“E Amadeu Amaral, em vez de lhe sussurrar palavras de amor ou descantes de viola (aludindo a Catulo da Paixão), estuda-a.”

⁽³⁰⁾ Crítica e outras notas, p. 191.

Para Lobato,

*“Amadeu Amaral é o Fernão Lopes da gramaticologia brasileira”.*³¹

A crônica foi incluída em *Onda verde*, que saiu no mesmo ano; o da “Semana de Arte Moderna”. E também um dos principais atores deste evento trouxe Amaral à crônica.

Mário de Andrade, em testemunho insuspeito, relata numa página expressiva, com algo de humor, de ironia e de afeto, os contatos que teve com Amadeu Amaral; nos três primeiros... “sem que se vissem”! Texto rico de informações sobre ambos, motivado ao que parece pelo transcurso do décimo aniversário da morte do capivariano, pois deu-a a público em 24 de dezembro de 1939.

Amaral havia lido, em 1917, casualmente, as provas tipográficas da edição de *Há uma gota de sangue em cada poema*, de Mário, e, por meio do diretor da tipografia Pocaí & Cia, manifestara desejo de conhecer o autor. Mário explica na crônica, por que desdenhara da proposta:

*“E tive a glória saborosa de afirmar que não queria conhecer Amadeu Amaral, me vingando de Vicente de Carvalho.”*³²

No segundo contato, depois da publicação de *Paulicéia Desvairada*, em 1922, mais um gesto amistoso de Amaral:

As críticas contra “Paulicéia Desvairada eram tremendas, os insultos horríveis. Eis que, com enorme surpresa de toda gente, e desgosto fundo dos arraiais passadistas, o “Estado de São Paulo” publica sobre o livro uma nota alinhadíssima. O livro era tomado a sério! Quem é, quem não é? Afinal pude saber que fora Amadeu Amaral o autor

⁽³¹⁾ O português do Brasil, v. 2, p. 55-8.

⁽³²⁾ O empalhador de passarinho, p. 179-83.

*da nota; contra a opinião mais geral da redação, que considerava o livro indigno de qualquer referência no jornal. A nota era severa, discutia as minhas idéias sobre a realização poética do inconsciente, mas garantia que o autor, embora enganado, era sincero e não o ignorante e cabotino que diziam. Imagine-se a autoridade do 'Estado' afirmando coisas de tamanha responsabilidade em 1922, foi um deslumbramento.*³³

No “terceiro contato em que se não viram”, Mário tentara elogiar a atitude de “alguns escritores já feitos”, a respeito do movimento modernista.

*“E lembrava exatamente Amadeu Amaral, mas fui infeliz na imagem que usei. Afirmara que ele tivera a sabedoria dos caniços, e que em vez de se quebrar se opondo ao ventarrão que passava, soubera elasticamente se curvar. O ventarrão passara, as coisas literárias se normalizaram rapidamente, o caniço erguera de novo a cabeça e continuara vivendo em toda a sua integridade, sem a mancha de atos ridículos de revolta contra nós.”*³⁴

O autor de *Macunaíma* conta que ficou desolado ao saber por Renato Mendonça que Amadeu interpretara a imagem como acusação de duplicidade.

*“Sempre admirara Amadeu Amaral e o respeitava em sua honestidade artística [...]. E não pude acabar comigo que não lhe escrevesse uma carta muito sincera e calorosa de explicação.”*³⁵

A resposta de Amadeu é exemplo de seu caráter. Louve-se a iniciativa de Mário ao publicá-la, ainda que parcialmente, nas mesmas páginas d *'O Estado*. E é o mesmo Amaral que se manifesta em defesa ou, ao menos, em justificativa da alfi-

⁽³³⁾ Ibidem, p. 180.

⁽³⁴⁾ Ibidem, p. 181.

⁽³⁵⁾ Ibidem, p. 181.

netada que recebera. Mais uma prova da atitude serena, imparcial, compreensiva, que ele mantinha e que se impunha diante de adversidades e incompreensões. A resposta, em boa hora transcrita e parcialmente divulgada por Mário de Andrade, na verdade não é contra o autor de *Paulicéia desvairada*. Revela outros desencantos do abnegado Autor das *Tradições populares*.

Mas não me parece que fôsse uma ação desonesta o fato de dar uma simples alfinetada, embora vigorosa. Seria quando muito mero pecadilho escusável, num meio cujos costumes literários e sociais autorizam correntemente coisas mil vezes piores. De ataques rudes e maus tenho sido vítima serena já nem sei quantas vezes – porque a minha ininteligência e minha ruindade me têm criado grande número de inimigos – e nunca pude considerar ninguém desonesto pelo simples fato de me haver atirado pedra.³⁶

No texto, Mário ressalta a importância dele e conta como finalmente se viram pela primeira vez, e como a “*conversa desviou fácil para o folclore que ambos amávamos, e era mesmo o assunto que mais nos prendia um ao outro*”.³⁷

Duas figuras modelares que se podem tomar como exemplos dignos de suas contíguas gerações. Anteriores ambas à de Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque...

São raros, de 1920 até hoje, as gramáticas e os estudos lingüísticos do português do Brasil que não incluam na *O dialeto caipira*. As repercussões foram imediatas à publicação.

Em maio de 1921, Sousa da Silveira, em resenha publicada na *Revista de língua portuguesa*, chamava a atenção dos

⁽³⁶⁾ Ibidem, p. 182.

⁽³⁷⁾ Ibidem, p. 183.

leitores para o trabalho de Amadeu e para o seu valor, enaltecendo, por exemplo, sua “prudência e tacto de verdadeiro cientista” em relação a suas observações sobre fatos da fonética caipira.

Dois anos depois de sua publicação em livro, no Rio de Janeiro, Antenor Nascentes, já então um gramático de nomeada e um filólogo em formação, com método diferente de trabalho, decerto, um pouco provocado pelo interesse do romanista Meyer Lübke sobre o português do Brasil, dando a público a primeira edição de seu *O linguajar carioca*, faz inteira justiça, dedicando-o, com reconhecimento,

“A Amadeu Amaral, que no seu DIALETO CAIPIRA mostrou a verdadeira diretriz dos estudos dialectológicos no Brasil.”

Palavras de 1922. Quem sabe ainda se possam ouvir ou ler, em nossos dias. Para novas iniciativas e motivações.

E o brasileiro caipira...Continua espalhando-se como fruto de paineira, árvore caduca, difícil de acabar... Um caboclo nos lembrou, um dia, por essa imagem, da vida que levava, como paineira só, sem muita precisão...que vai mostrando aqui e ali, a silhueta rude, espinhosa e áspera, do fruto a casca dura e fendida, para expor a leve paina macia e branca, e a semente escura e resistente. Para sobrevivência. Como a obra daquele que foi, no dizer de Paulo Duarte, “o primeiro dos modernos”.

AMARAL, A. *Tradições populares*. Com um estudo de Paulo Duarte. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. *O dialeto caipira. gramática – vocabulário*. Prefácio de Paulo Duarte. São Paulo: Anhembi, 1955.

- AMOROSO LIMA, A. *Introdução à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: AGIR, 1964.
- ANDRADE, M. de. *O empalhador de passarinhos*. São Paulo: Martins, 1955.
- _____. *Os filhos da Candinha*. 3ª. ed. São Paulo: Martins, 1976.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.
- BEAUREPAIRE-ROHAN. *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 5ª. ed. revista. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidade, 1975.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1967.
- CARPEAUX, O. M. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. São Paulo: Edições de Ouro, s.d.
- CHAVES DE MELO, G. *A língua portuguesa do Brasil*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, E. da. *Os Sertões*. São Paulo: Francisco Alves, 1968.
- ELIA, S. *A unidade lingüística do Brasil* (condicionamentos geoeconômicos). Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- FERNANDES, F. "A contribuição folclorística de Amadeu Amaral". *O Estado de São Paulo*. 1/12/48.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1975.
- LOBATO, M. *Críticas e outras notas*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- MACEDO SOARES, A. J. de. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Elucidário Etimológico Crítico* (1875-1888). Coligido, Revisto e Completado por seu filho Dr. Julião Rangel de Macedo Soares. Rio de Janeiro: I.N.L., 1954-1955. 2 volumes.
- MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1967.
- MENESES, R. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª. ed. rev. e aum. Prefácio de Antonio Candido. Apresentação da 2ª. edição de José Aderaldo Castelo. Rio de Janeiro – São Paulo: LTC, 1978.
- PIMENTEL PINTO, E. *O Português do Brasil. Textos críticos e teóricos*, 2 – 1920/1945. São Paulo: Edusp, 1981.

_____. *A gramatiquinha de Mário de Andrade*. Texto e Contexto. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

_____. *O Português do Brasil. Textos críticos e teóricos*, 1 – 1820/1920. São Paulo: Edusp, 1978.

RODRIGUEZ, A. N. *O dialeto caipira da região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

SILVA NETO, S. da *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

_____. *Língua, cultura e civilização. Estudos de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

_____. *Manual de filologia portuguesa; história, problemas e métodos*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1952.

ABSTRACT: *The Caipira dialect and the society from which it came are discussed in this study, which will also comment on the literature of the area, especially Antônio Cândido's "Os parceiros do Rio Bonito", and Amadeu Amaral's "O dialeto caipira".*

Keywords: *literature; popular culture; dialect; dialectology; portuguese of Brazil.*